Carlos Augusto da Costa Niemeyer

Orientadora:
Profa. Dra. Maria Lucia Caira Gitahy

URBANIZAÇÃO E LAZER A CONTRIBUIÇÃO LÚDICO-PEDAGÓGICA DOS PARQUES INFANTIS DE SÃO PAULO NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO 20

Resumo

Este artigo pretende resgatar a contribuição dos parques infantis para o processo de urbanização de São Paulo. Previstos pelos reformadores sociais nas primeiras décadas do século 20 como uma forma branda de controle social, os parques foram posteriormente instituídos durante a gestão inovadora de Mário de Andrade no Departamento de Cultura da administração municipal paulistana. Descreve o caráter lúdico e pedagógico deste notável equipamento urbano, atualmente extinto, associado a uma ampla política cultural adotada pela municipalidade durante os anos de 1935-1938, como forma de inclusão da população trabalhadora. Resgata os objetivos e os paradigmas inspiradores desta tipologia arquitetônica, segundo a visão social de seus idealizadores induzidos pela necessidade de expandir lazer, cultura e padrões de higiene a uma classe trabalhadora em formação.

Abstract

This text focuses on the recreational contribution of the city program playgrounds to São Paulo urbanization process. Social reformers introduced this program thought in the first decades of the twentieth century as a form of social control. Mário de Andrade's innovator administration at city government of culture assumed a recreational and pedagogycal character to the leisure program offered in this remarkable urban equipment associated created as pant of a broad cultural politicy between 1935 e 1938. Focuses on the objectives and the models inspirated and the arquitectural typology according to the social views of its idealizers induces on the necessity to expand leisure, culture and hygiene standards to the in formation working class.

"Deixai vir a mim as criancinhas, quer dizer: deixai que sejam crianças, que cresçam com o sorriso nos lábios e com a fronte levantada para o céu, porque é estúpido que se consiga a riqueza com o sangue das suas veias e com a medula dos seus ossos, ao preço de sua inocência e da bondade de sua alma." (*Boletim da Escola Moderna*, 01/05/1919).

"O intelectual verdadeiro, por tudo isso sempre há de ser um homem revoltado e um revolucionário, pessimista, cético e cínico: fora da lei." (Mário de Andrade)

O presente artigo constitui uma síntese de alguns aspectos abordados na pesquisa de mestrado desenvolvida na FAUUSP entre 1998 e 2001, intitulada *A criação de espaços públicos de lazer organizado como expressão de cidadania: O caso dos parques infantis de São Paulo (1934-1954),* na qual procuramos resgatar a história social e arquitetônica de uma tipologia funcional, atualmente extinta, de notáveis desdobramentos na concepção futura de equipamentos urbanos, notadamente lúdicos e escolares: a dos parques infantis. Prevista pelos reformadores desde a década de 20 dentro de uma perspectiva de reforma social, os parques serão incorporados às políticas de urbanização da cidade a partir da década de 30, durante o governo municipal de Fábio Prado, como parte de um ambicioso projeto político-pedagógico capaz de mudar os destinos de uma sociedade que se pretendia educada e higienizada.

É certo que as duas primeiras décadas do regime republicano foram as responsáveis por introduzir as bases da economia industrial no Brasil. A nova ordem jurídica que então se firmava institucionalizou mudanças profundas em um país recém-liberto das amarras da escravidão, permitindo gerar condições necessárias para a modernização das relações de trabalho e o desenvolvimento de novas formas de produção, segundo o modelo capitalista emergente.

Preocupadas em estabelecer um contraste com o período anterior, as primeiras administrações republicanas tiveram como objetivo fundamental promover a "modernização" das cidades brasileiras. O ideal de progresso era latente em um regime que pretendia a qualquer custo apagar vestígios das velhas patologias coloniais indutoras do visível atraso econômico e social que o país mantinha perante as nações desenvolvidas da época. As novas elites republicanas, em geral ligadas a setores agrários e ávidas por encontrarem um lugar para o país na então "nova" divisão internacional do trabalho, impuseram a necessidade de levantar atraentes fachadas urbanas dentro dos cânones do ecletismo em voga, como forma de assegurar um cenário condizente com as novas relações econômicas e políticas que se estabeleciam.

Não obstante o caráter social excludente dessas reformas urbanas que, em geral, confundiam remoção da pobreza com remoção dos pobres, tais intervenções tiveram também como fator determinante a necessidade de se implantar programas de saúde pública nas cidades, constantemente assoladas por graves surtos epidêmicos. Procurava-se, assim, anular as causas da desqualificação do país diante dos modelos civilizatórios mais afamados, aos quais as gestões burguesas buscavam se identificar, promovendo uma política higienista de grande envergadura, ao mesmo tempo em que impunham pretensiosas obras de renovação urbana. O objetivo dessas intervenções era obter uma paisagem urbana limpa, sadia e moderna, por meio de um "completo" saneamento da cidade que se urbanizava, sendo, esta, parte imprescindível do projeto republicano de nação que se pretendia realizar a qualquer custo. Não me refiro a um saneamento físico somente, mas a um saneamento social e cultural, afinado com as exigências de um projeto modernizador da sociedade, que impunha com isso o compromisso de reproduzir razoavelmente sua força de trabalho à medida que as necessidades do estado capitalista se industrializava.

Esse é o momento decisivo em que as intervenções urbanas passam também a incorporar novos conceitos urbanísticos fortemente assentados em novos padrões éticos e morais. Caberia à ciência urbanística, naquele momento histórico do processo urbanizador, o papel de disciplinar os comportamentos sociais, ensinando os cidadãos a viverem em coletividade, negando pelo citado "saneamento" cultural, velhos hábitos e costumes ditos coloniais, que viessem a obliterar os inadiáveis caminhos da modernidade republicana. Será nesse vasto campo de pensamento e ação, que atuarão higienistas e reformadores sociais nas primeiras décadas do século 20, reproduzindo nas grandes cidades brasileiras novas concepções organicistas baseadas em freqüentes analogias entre a saúde da cidade e a do ser humano. No âmbito do cidadão, essa teia de saberes será responsável por colocar em prática um projeto médico-pedagógico de higienização social, centrado na figura do educador sanitário. Em São Paulo, essa estrutura médico-pedagógica será proposta nos anos 20 pelo médico sanitarista Geraldo Horácio de Paula Souza, quando ocupava a direção do Serviço Sanitário do estado, entre 1922 e 1927, acumulado com a direção do Instituto de Higiene, instituição modelar na formação de educadores sanitários preparados para o esforço modernizador centrado na higienização social.

Essa responsabilidade também se fez presente, significativamente, no pensamento da primeira geração de urbanistas nacionais, com destaque para a ação profissional do engenheiro sanitarista Francisco Saturnino de Brito (1864-1929), considerado um dos patriarcas da engenharia sanitária no país. Saturnino de Brito, para quem a *"salubridade de uma cidade se aprecia pela saúde de seus habitantes"* (Brito, 1902: 7), já apontava entre os desejáveis "melhoramentos municipais" que propunha às velhas estruturas urbanas uma correspondente

"assistência pública" por meio de *"escolas, jardins e parques, e campos de educação física"* (Brito, 1944: 161), como forma de conscientizar a população para os pressupostos da higiene social. A cidade moderna, na concepção dos higienistas, emergia como um objeto a medicalizar, impondo um controle social sobre os usos e os meios, daí decorrendo a noção de *salubridade* e *higiene pública.* Nessa ampla esfera de ação e controle "político-científico" do meio urbano, entendido aqui não apenas no sentido físico, mas na escala do indivíduo e de sua família, se aquilatará a importância dos processos educativos na consolidação de uma nova mentalidade cívica que desse sustentação às práticas higiênicas postas em relevo.

Ao consolidar-se como uma disciplina moral e estética aplicada aos diversos setores da atividade humana, agora abarcadas sobre o manto único da higiene social, disciplina que propunha a melhoria das condições de saúde pública pelos procedimentos higiênicos aplicados ao corpo da sociedade, tais práticas visavam promover uma adequada reprodução das "classes laboriosas" garantindo, com isso, a normalidade social. No âmbito das relações de trabalho, o surgimento do *tempo livre* do trabalhador, como conseqüência direta da organização das forças produtivas do capitalismo industrial, e a emergência do *lazer* enquanto fenômeno cultural decorrente de uma sociedade cada vez mais urbanizada e laicizada, determinarão novas políticas sociais, sendo estas direcionadas para agir pedagogicamente no futuro comportamento social do trabalhador.

Esse amplo destaque dado à saúde pública e aos seus serviços correlatos atingirá todas as instituições de "higiene especializada" tendo sido o aparelho escolar, desta maneira, considerado alvo prioritário dessa política higiênica. O ideal de reforma eugênica da classe trabalhadora, que tanto entusiasmara os reformadores sociais, tinha nos processos educativos a possibilidade concreta de construir uma sociedade homogênea, escolarizada, moralizada, enfim civilizada, sendo vista então, na ótica republicana, como um fator de progresso social.

Nesse contexto, os espaços públicos de lazer, alçados à nova condição funcional a serviço do tempo livre, passam a ganhar destaque no processo histórico de urbanização de São Paulo. É quando começa, a partir dos anos 20, a consolidar a idéia de um lazer "dirigido" e higienizador por parte de reformadores atentos a bem-sucedidos paradigmas estrangeiros vindos, sobretudo, dos Estados Unidos, que já experimentavam um extraordinário avanço no desenvolvimento de sistemas recreativos de massa. Esse é o momento em que se permitirá introduzir em São Paulo uma variante da tipologia arquitetônica dos *reform parks.* Espaço funcional de grande notabilidade, essa tipologia reformadora, introduzida naquele país a partir de 1900, marca um momento de ruptura do ideal contemplativo com a conseqüente valorização do lazer "ativo" dando margem ao aparecimento dos primeiros *playgrounds* e demais equipamentos lúdicos como proposta de lazer de massa. Em São Paulo, seu oferecimento dar-se-á também no interesse da

preservação social, exigência de um padrão econômico e populacional em mudança diante da rápida urbanização da cidade, cabendo destacar que nessa época os usos do *tempo livre* ainda dividiam os reformadores quanto ao seu verdadeiro papel na sociedade do trabalho, sendo por isso, em geral, incorporados a um discurso moralizador e institucional.

Ao entrarmos na década de 30, assistimos à ascensão do regime getulista, impondo a industrialização do país pela via autoritária, em um discurso ambíguo de cooptação do trabalhador por meio de uma nova legislação social. Nesta, o lazer do trabalhador em seu *tempo livre,* recém-institucionalizado na Constituição de 1934, servia como suporte a uma retórica eugênica da sociedade em que o estímulo estatal à produção de espaços lúdicos acabará por obedecer a uma lógica dirigida a objetivos de formação do cidadão-soldado, obediente, dócil e trabalhador. Será neste contexto de cidadania regulada, tendo até então a função catártica do lazer servido a propósitos de controle social, que surgirá, como um contraponto ideológico, a progressista idéia dos parques infantis em São Paulo, institucionalizados durante a gestão de Fábio Prado na prefeitura paulistana (1934-1938).

O programa dos parques infantis será desenvolvido por personagens ilustres da cultura nacional, induzidos pela busca de soluções concretas para atenuar os rigores da crise social existente naqueles decisivos anos de consolidação do industrialismo nacional. Dentre estes, destacamos a participação entusiasta do poeta Mário de Andrade (1893-1945) como primeiro diretor do então Departamento de Cultura, em que os parques se afiguravam como um projeto de forte impacto social agregado a uma ampla política cultural adotada no município. Contudo, encontramos as raízes inspiradoras do programa sendo gestadas desde a década anterior, dentro de um discurso pedagógico-moralizador que unirá instituições e personagens públicos em uma rede solidária de ações voltadas à tarefa de colocar em prática mecanismos para promover a tão sonhada reforma social. Será nesse momento de maturação dos dispositivos para orientar a transformação da sociedade, de elaborar estratégias e meios para administrar os valores essenciais da higiene (moral e física) e da saúde, visando formar e preservar a força de trabalho dos quais surgirão as primeiras propostas lúdico-assistenciais concebidas dentro do espírito moderno de "sanear pela educação"

"Nutrir, educar e recrear" o ideal reformador

As novas condições sociais, econômicas e culturais que permearão a década de 20 em São Paulo, geradas em virtude do acelerado processo de industrialização e urbanização que ocorria, provocou um estado geral de inquietação com profundas repercussões em todos os campos do conhecimento.

Período de renovação da sociedade, será em meio a toda essa efervescência cultural que se dará a crença no poder restaurador da educação como forma de construção de uma sociedade nacional forte, educada e higienizada. Dentre os reformadores mais diretamente envolvidos nesse processo, destacamos a figura do eminente sociólogo e educador Fernando de Azevedo (1894-1974), pioneiro nas reformas pedagógicas que, a partir dos anos 20, questionará o modelo tradicional vigente, denunciado por sua concepção social vencida e reprodutora do *status quo.* Foi redator do famoso manifesto *escolanovista,* marco histórico da pedagogia no Brasil, de grande influência sobre a política educacional do governo paulista pós-revolução (1932). Esse documento propunha de forma pioneira a criação de "instituições complementares peri-escolares e pós-escolares" já com a tríplice função de "nutrir, educar e recrear", dando contorno à proposta de dotar a cidade de recreios dirigidos na perspectiva de promover formas diferenciadas de assistência à criança e ao adolescente. Segundo os reformadores:

"Em tese, os campos de recreio são organizados para, em cidades congestionadas, superlotadas e com falta de espaço, completar a educação da criança e adultos, dando-lhes ambiente são, recreação saudável e exercícios físicos apropriados, para auxiliar a formação ou conservação de melhores cidadãos." (Rodrigues, J. *Revista Educação Física*, abr. 1936)

Ao mesmo tempo em que valorizará a educação e a higiene, a década de 30 trabalhará a questão da ociosidade de crianças e adolescentes, sobretudo aquelas vindas de famílias operárias, de maneira a evitar supostos "desvios" de comportamento, indesejáveis aos olhos de uma sociedade conservadora. Vale destacar que a *educação* e a *cultura,* por pressão de setores "ilustrados" politicamente envolvidos com os *constitucionalistas* de São Paulo, ganhará capítulo a parte na nova Carta Constitucional Pós-Revolução, em 1934, exigindo maior atenção das municipalidades na implementação de "sistemas educativos" fato gerador que estimulará a criação de programas voltados à difusão de recreios dirigidos.

Em sua obra *Da educação física,* editada pela primeira vez em 1920, Fernando de Azevedo antecipou a intenção de *"atrair para lugares higiênicos a mocidade pobre e operária"* (op. cit., p. 84), esboçando os fundamentos teóricos que levariam, mais tarde, à criação dos primeiros parques infantis paulistanos. Buscava, assim, solucionar um problema "social, étnico e econômico" não escondendo, o ilustre educador, como muitos de sua época, o entusiasmo pelas virtudes da ciência galtoniana enquanto instrumento metodológico para construção eugênica do homem brasileiro. Ao enxergar no lazer ativo uma alternativa eficiente de reprodução social dentro da concepção de moldar corpos e mentes sãs, pela educação física, Azevedo será o primeiro a esboçar um programa de necessidades, dimensionamento e estudo de implantação de "Praças

de Jogos", como eram chamados os *playgrounds* construídos, (mas não inaugurados) na curta gestão do urbanista Anhaia Mello (1930-1931), dentro de propósitos buscados para a humanização da cidade.

Ao discorrer sobre a "instalação de uma praça ideal" Fernando de Azevedo antecipa de forma pioneira um completo programa arquitetônico para construção de recreios dirigidos, tendo como base os homônimos estrangeiros, e que servirá como parâmetro para o modelo oficial de parque infantil adotado pela municipalidade na década seguinte. O autor preconiza a instalação dos parques em terrenos "secos e espaçosos" em dimensões não inferiores a 100 x 150 m, "afastado de ruas de grande trânsito e exposto amplamente a ar puro" conforme recomendava os manuais de higiene. Adotará, também, a segregação espacial por sexo, seguindo um paradigma de organização de inspiração taylorista comum ao modelo *reform* norte-americano, já bem conhecido de nossos reformadores mais afetos à questão do lazer. Ao centro, essas praças esportivas se abriam às instalações comuns: o "estabelecimento balneário e a piscina" Além dos anexos cobertos (administração, consultório médico, refeitório, sanitários, etc.) descreverá os demais componentes funcionais do espaço lúdico os quais transcrevemos na íntegra:

"1. Espaços livres para correr e de campos de jogos: um de areia e outro de relva (substituível por um rinque de patinação), para os meninos, e outro, gramado, para as crianças e meninas; cada um dos quais pode servir não só para jogos de turma como para danças, evoluções artísticas, em dias de festas;

2. um tanque de vadiar (um de 13,50 m e outro de 15,00 m de diâmetro, com seus respectivos deslizadores (...)

3. um abrigo ou galeria de refúgio contra a chuva;

4. uma pérgula circular;

5. dois caramanchões;

6. uma sala de ginástica (...);

7 um pátio de aparelhos para distração ao ar livre, de caráter higiênico e educativo: a) baterias de gangorra; b) escadas horizontais; c) deslizadores ou planos inclinados (...); d) pórticos de madeira ou de aço com balanços, escadas de cordas, etc.; e) um carrossel ou passo volante (...);

8. oito stands ou caixas de areia (...);"

Lembramos ainda da importante contribuição do urbanista Anhaia Mello na codificação de uma nova sensibilidade urbanística, que apontava para a modernização funcional dos espaços livres. Afeto às experiências urbanas de vanguarda, Anhaia Mello, que também colaborará na organização do Departamento de Cultura, proporá estudos para implantação de um "sistema geral de recreios" na cidade, incluindo a construção de parques infantis, motivada pela nova realidade urbano-industrial que se descortinava. A temática do lazer, fruto das utopias modernas que se estabeleciam naquele período desenvolvimentista,

tendo o coletivo sido objeto de novas soluções programáticas voltadas às necessidades de massa, deu origem a vários ensaios acadêmicos publicados pelo urbanista nos *Boletins do Instituto de Engenharia* desde fins da década de 20. Em sua curta gestão no executivo municipal, Anhaia Mello permutará com a família Jafet um terreno, situado no bairro do Ipiranga, que propiciará a construção do primeiro parque infantil paulistano, baseado em estudos de implantação desenvolvidos por Fernando de Azevedo por solicitação de Comissão da Câmara Municipal, constituída para este fim. Em seguida repetirá a mesma iniciativa no Parque D. Pedro II e no bairro da Lapa, populosas zonas operárias paulistanas, iniciando obras que somente serão inauguradas no início da gestão de Fábio Prado.

É interessante colocar que os parques infantis somente ganharão tal denominação no governo Fábio Prado, por meio de ato administrativo, motivada por pressões de setores conservadores da sociedade, receosos quanto à real significação do termo "jogos", temendo alguma relação com *jogos de azar,* ocasião esta em que se tornará de fato um importante programa de recreação popular dirigida como um amparo à classe trabalhadora. Enquanto "obra de educação higiênica e preservação social", os parques se constituíam em espaços lúdico-assistenciais, extra-escolares, destinados a oferecer um ambiente "higiênico" e acolhedor que "atrai" jovens trabalhadores em busca de lazer, promovendo assim, segundo Fernando de Azevedo, uma proteção *"contra os elementos disgênicos, que possam obstar ao desenvolvimento da saúde e do senso moral, geralmente deturpado e desviado pelos maus exemplos domésticos e por todos os vícios das ruas"* (Azevedo, 1960: 310-13).

Sua estrutura voltada ao lazer dirigido, entendido aqui como aquele que não dispensará os cuidados de recreadores e higienistas, responsáveis pela organização de suas atividades, tinha sempre em mente agir pedagogicamente, com base em uma extensa e convidativa programação lúdica:

"Em todo o projeto procuramos, aliás, adotar como distrações, aparelhos antigos e modernos (como gangorras, deslizadores, carrossel, etc.), destinados a diversões de tal natureza que obriguem a criança à atividade, e em que se aliem, portanto o caráter recreativo e educativo." (Azevedo, 1960: 313)

Concomitante à precípua finalidade higiênica e educativa, o programa incorporará também uma outra dimensão; esta assentada na necessidade de desenvolver um "espírito nacional" condizente com aquele otimismo pedagógico que se vivia na década de 30. Exigência de setores ilustrados das elites dirigentes paulistanas, seduzidas pelo ideal nacionalista de apropriação de uma identidade brasileira em uma época conhecida pela farta influência de modelos político-ideológicos de construção nacional. Importará em uma ampla valorização da cultura brasileira, do "elemento" nacional, representado em cada componente físico ou simbólico utilizado na construção e na gestão dessas praças esportivas,

servindo como forma de atenuar ou "abrasileirar" a influência cultural imigrante fortemente instalada nos bairros operários:

"Mas não bastará que estas praças sejam úteis, isto é, aparelhadas praticamente com o necessário para o fim higiênico e recreativo que se propõe. Não bastará que sejam belas e convidativas. É preciso também que sejam núcleos de espírito nacional." (Azevedo, 1960: 319)

Os parques infantis incorporarão esse ideário em sua fase arquitetônica neocolonial (nas primeiras unidades), tida por Fernando de Azevedo como imagem da "modernidade" referindo-se a esta como contraponto à arquitetura eclética fortemente consolidada na cidade. O "caráter nacional" dos parques deveria manifestar-se pedagogicamente nesses elementos concretos tanto quanto na "direção" do estabelecimento, pelo resgate de "jogos nacionais" oriundos de nossa cultura popular, mais tarde institucionalizados na sólida intenção social do Departamento de Cultura na gestão Mário de Andrade.

Atento ao termômetro social, o prefeito Fábio Prado irá declarar que *"cego ou completamente alheio ao que se passa em torno é o administrador que não admite as profundas modificações na sociedade humana"* (Abdanur, 1992), referindo-se às novas questões relacionadas à saúde e à educação do trabalhador, colocadas pelos emergentes modelos de gestão socialista que aportavam naquela época, em um contraponto ao capitalismo negligente. A intenção de Fábio Prado será também propor limites à ação ideológica de grupos anarco-sindicalistas em ascensão, tomando seu espaço por meio de uma política voltada à preservação da classe operária, e com isso alcançar uma paz social, interessante aos propósitos das elites ilustradas da qual fazia parte. Em sua operosa gestão, iniciará uma ampla reforma administrativa, tendo no escritor e jornalista Paulo Duarte, seu chefe de Gabinete, um importante e decisivo colaborador. É deste último a proposta de criação do Departamento de Cultura e Recreação, antiga aspiração de um pequeno grupo de intelectuais modernistas ligados fraternalmente a Duarte[1], meta esta tão ambiciosa quanto contagiante em seus objetivos mais velados.

A idéia de "mudança" presente no ideário modernista tornar-se-á adequada aos interesses hegemônicos de setores ilustrados das elites paulistas a procura de novas formas para se contraporem à ascendência política do governo federal. Caberá a Paulo Duarte, na condição de assessor do prefeito, servir de ponte para a consecução deste objetivo, costurando uma composição de interesses entre "ilustrados" e modernistas. O resultado mais visível deste enlace político se dará na criação do Departamento de Cultura, cuja minuta de criação merecerá as atenções de intelectuais como Mário de Andrade, Plínio Barreto, Anhaia Mello, Júlio de Mesquita Filho e Fernando de Azevedo, além do próprio Paulo Duarte. O Ato Municipal n. 861, publicado no *Diário Oficial* em 3 de maio de 1935, tendo Mário de Andrade como seu primeiro diretor, a convite de Paulo Duarte, transformará o sonho em realidade, iniciando uma tentativa profícua de expansão

(1) Faziam parte deste grupo, *Mário de Andrade, Antônio de Alcântara Machado*, Tácito de Almeida, *Sergio Milliet*, Antônio Carlos de Barros, Henrique da Rocha Lima, *Randolfo Homem de Mello* e Rubens Borba de Moraes (em itálico, os que serão convidados a participar do Departamento de Cultura). In: DUARTE, Paulo. *Mário de Andrade por ele mesmo*. São Paulo: Edarte, 1972, p. 55.

cultural às massas, jamais vista no município (Sampaio, 1999). Parques infantis, programas esportivos para a classe trabalhadora, bibliotecas populares, entronização de eventos educativos são apenas uma amostra do estabelecimento de uma ampla política de promoção social no município, revelando uma concepção de gestão que enxergava na expansão do lazer e da cultura um eficiente instrumento de prevenção social.

A idéia de defesa da cultura nacional, sempre presente nos discursos de Mário de Andrade e de todos os intelectuais modernistas que agora se viam circunstancialmente no poder, significou uma rara oportunidade de problematizar a questão cultural como um modelo de gestão progressista que se pretendia adotar ao país. A administração paulistana serviria como uma imagem concreta do ideal modernista. Por isso enxergavam no Departamento de Cultura o embrião do futuro Instituto Brasileiro de Cultura, meta ambiciosa e fundamental para colocar o estado e o país na rota da modernidade, adquirindo, assim, respeitabilidade internacional. Para a consecução deste ideal, apostavam suas fichas na candidatura Armando Salles de Oliveira à presidência da República, o que levaria à promoção nacional de uma política consolidada em uma identidade de propósitos alicerçada em novos paradigmas morais e culturais. Intenção esta, como sabemos, inviabilizada pelo golpe do governo federal, em 1937 instalando o Estado Novo, e, em decorrência, inserindo novas prioridades na ação política, distantes, porém, daquele efêmero ideal progressista.

Os parques infantis na gestão Mário de Andrade

Para o poeta e educador Mário de Andrade, a infância e a classe operária tinham nos parques infantis seu objetivo explícito, segundo se apreende em seu discurso no qual pregará a socialização da cultura, até então prerrogativa das camadas privilegiadas da população, como forma de ampliar direitos de cidadania. Enquanto parte de um projeto cultural que a prefeitura tornará realidade com a criação do Departamento de Cultura, os parques infantis têm seus antecedentes gestados ainda no governo anterior. Será na administração Antônio Carlos Assumpção, pelo Ato n. 590 de 26 de março de 1934, que se implementará os primeiros alicerces de uma política de recreação e lazer na cidade, carregando em sua origem objetivos reformadores. A "Comissão de Recreio Municipal" constituída por este ato dará um passo firme nesse sentido, ao considerar o "recreio ativo e organizado" como um "dever social" já prevendo os "benéficos efeitos morais e físicos dele decorrentes"

Será com base nesses trabalhos então iniciados em 1934 que, em seguida, será criado o "Serviço Municipal de Jogos e Recreio para Crianças" pelo Ato n. 767 de 9 de janeiro de 1935, já na gestão Fábio Prado, que virá

posteriormente a chamar-se "Serviço Municipal de Parques Infantis" Este ato enfatizará a necessidade de expandir atividades lúdicas na cidade dentro dos propósitos previstos: *"despertar nas novas gerações o gosto e criar o hábito de empregar seus lazeres em atividades saudáveis de grande alcance moral e higiênico"* dispunha aquele instrumento administrativo. Considerará os "jogos" como *"construtores essenciais da vida social e fonte dos primeiros ideais e impulsos sociais, como a solidariedade, a comunicabilidade e a cooperação"* Por este aspecto, priorizará o lazer infanto-juvenil, em face da exigência constitucional de estabelecer formas efetivas de assistência a este segmento da população, considerado o mais frágil diante das novas condições sociais existentes:

"(...) os parques de recreio e de jogos inspirados nesse ideal de promover o bem-estar da infância que se desenvolve frequentemente em más condições higiênicas e morais, constituem, sobretudo em bairros pobres, um meio poderoso de derivar as crianças de focos de maus hábitos, vícios e criminalidade, para ambientes saudáveis e atraentes, reservados aos seus divertimentos e exercícios, sob o controle dos poderes públicos." (Ato n. 767/35. RAM, fev. 1935)

Tais condições urbanas, marcadas pelo padrão de crescimento explosivo de uma cidade cuja população ultrapassara a um milhão de habitantes nessa década, concorrerão para estabelecer os objetivos preservadores desse ato, cuja importância, dada em conjunto à *higiene* e *à educação*, traduz o meio dinâmico de preservação social idealizado pelos reformadores. Essa intenção inspirará o conteúdo pedagógico dos parques infantis enquanto paradigma de educação extra-escolar voltado à proposta de mudança das mentalidades, em uma perspectiva de longo prazo. O Ato n. 1.146/36 introduzirá disposições funcionais, em que caberá aos "instrutores sanitários" a importante tarefa de:

"(...) zelar pela saúde das crianças (...); investigar sobre as condições sanitárias do meio social de que provenham (...); orientar as atividades recreativas da criança (...) sem lhes perturbar ou ameaçar a liberdade e a espontaneidade nos jogos (...); promover a prática de todos os jogos (...); aproveitar as oportunidades que lhes proporcionar o interesse das crianças para lhes ministrar a educação física sistematizada por meio de exercícios adequados" (Ato n. 1.146/36. RAM, jul. 1936).

Caberá ao jornalista e advogado Nicanor Miranda dirigir a recém-criada Divisão de Educação e Recreios (até 1945), subdivisão do Departamento de Cultura, atendendo ao convite do prefeito Fábio Prado. Sua indicação se dará pelo notório conhecimento e posição intransigente em defesa da construção de *playgrounds* na cidade, tomada pelas diversas matérias jornalísticas redigidas na condição de redator do *Diário Nacional*, órgão oficial do Partido Democrático, e notório veículo aberto às idéias modernistas. Miranda tivera oportunidade de conhecer os congêneres uruguaios e argentinos, em especial a experiência portenha com suas *plazas de juegos para niños,* equipamento de grande

notabilidade naquele país. A partir de um maior contato com o urbanismo norte-americano, em destaque em nosso meio, também assimilará a rica experiência daquele país que já colhia os frutos da política inclusiva do *New Deal*, com prioridade absoluta ao lazer de massa como forma de mitigar a crise econômica e social existente naqueles conturbados anos 30. Ao assumir a Divisão de Jogos e Recreios, Miranda conhecerá pessoalmente os *reform parks,* tipologia de parque recreativo com objetivos assistenciais existentes desde 1900 por meio de missões de intercâmbio cultural entre o Departamento de Cultura e a norte-americana National Recreation Association.

Baseando-se nas propostas de nosso movimento *escolanovista*, cujas origens inspiradoras encontravam-se nos movimentos homônimos europeus e norte-americanos, os parques infantis refletiam os objetivos de superar velhos conceitos no campo da pedagogia, para a qual a infância passara a ser encarada como uma etapa necessária da vida humana. Decorrerá daí a importância de valorizar sua interação com o meio ambiente, em termos físicos e psicológicos, segundo as novas teorias em voga, sendo o lazer visto agora como estimulador de uma nova educação. Uma educação baseada na solidariedade e na cooperação, princípios básicos de uma boa convivência entre as classes. Os parques são, portanto, o resultado concreto desse processo de renovação pedagógica previsto pelos intelectuais progressistas, preocupados em formar uma sociedade educada, à altura das novas premissas em jogo. Implantados em generosos sítios urbanos reservados nas proximidades de bairros operários, os parques infantis buscavam incentivar o lazer na natureza com suas instalações amplas e ventiladas, e amplo *playground*, caracterizando o ambiente de salubridade e preservação requerido pelos higienistas a esta tipologia arquitetônica, segundo descreve Nicanor Miranda:

"Cada parque infantil possuía, no mínimo, um campo gramado, um abrigo-mor, com salas de instrutores, sala de médico, chuveiro, instalações sanitárias, além de dois galpões laterais ao abrigo-mor. Várias espécies de aparelhos tais como balanços, gangorras, passos gigantes, carrocéis, deslizadores, toros de equilíbrio e outros estão distribuídos pelo campo, além de um tanque de vadiar e taboleiros de areia" (Abdanur, 1992: 101)

A gestão Mário de Andrade no Departamento de Cultura (1935-1938) construirá três parques infantis, além da já existente unidade do Ipiranga, inaugurada na gestão do prefeito Antônio Carlos Assumpção. Os que passaram a funcionar por intermédio do departamento foram o de Santo Amaro, da Lapa e do Parque D. Pedro II. Pesquisas encomendadas pelo departamento apontavam um registro diário nas unidades do Ipiranga e da Lapa, de 1.651 crianças assistidas em turno integral (Abdanur, 1992: 101). A unidade localizada no Parque D. Pedro II registrará, em 1938, uma afluência diária no período noturno de cerca de 300 jovens que a este se dirigiam em seu *tempo livre* em busca de lazer (RAM, jul. 1938). Mário de Andrade ainda se empenhará na construção de três

novos parques infantis, deixando-os prontos para serem inaugurados na gestão seguinte: as unidades da Barra Funda, Catumbi e Vila Romana, incorporando ao programa arquitetônico *"pistas de corrida, locais para jogos atléticos e esportivos, campos de futebol, quadras de bola ao cesto e piscinas"* (RAM, jul. 1938), dando o formato final a este equipamento voltado essencialmente à recreação ativa, amenizadora das ansiedades e tensões produzidas pela sociedade do trabalho.

Atendiam, os parques, a faixa dos 3 aos 12 anos em período diurno, ficando as demais faixas etárias, incluindo adolescentes e jovens trabalhadores (até 21 anos), para o período noturno, com a denominação de Clube de Menores Operários e/ou Centro de Moças. Conservarão, em sua essência, os princípios *froebelianos* e sua *Paedagogigg des Kindergartens*[2], não dispensando uma base empírica que os notabilizará, com uma programação de forte conteúdo cultural voltada às nossas particularidades sociais, ao contrário dos congêneres estrangeiros mais inclinados às questões pedológicas.

Mapeando as aspirações populares pelas constantes pesquisas sociológicas no intuito de melhor compreender o universo do público assistido, o padrão de cultura popular, suas tradições e crenças, o Departamento de Cultura procurava suprir as necessidades lúdicas da população, dando ênfase a programas que valorizassem e difundissem nossas raízes culturais no meio operário, que, como sabemos, era consideravelmente estrangeiro. Para Mário de Andrade, o componente lúdico oferecido permitia imensas possibilidades para instrumentalizar tal expansão cultural por ele proposta. Pesquisas recentes na área de educação entrevêem uma certa semelhança de propósitos entre as intenções progressistas dos parques infantis com as da moderna pedagogia marxista difundida por Liev Vigótski, de grande impacto social na Rússia pós-revolução (Faria, 1999). Essa influência pouco conhecida de Mário de Andrade permite-nos entender sua forte inclinação para experiências lúdico-culturais, a exemplo daquela importante experiência socialista, marcando as múltiplas influências sofridas pelos parques infantis em São Paulo.

Incorporados a um projeto de urbanização da cidade durante a gestão de Fábio Prado, os parques foram uma experiência pioneira no campo educacional, porém não escolar, de promoção do lazer e da cultura em São Paulo, e que acabarão por revelar notáveis desdobramentos sob o ponto de vista da educação e da arquitetura nacional[3] Apontam para a atualização, mesmo em termos internacionais, de uma proposta pedagógica posta em relevo pelo manifesto escolanovista, resultante desse momento crítico em que se problematizou a cultura em nosso país, iniciada com a Semana de Arte Moderna de São Paulo (1922), tornando-se um paradigma de equipamento urbano com fins sociais.

A continuada depuração desta tipologia reformadora, extinta nos anos 70, correspondeu plenamente aos anseios de ampliação da cidadania e de preservação social; estes condizentes com a proposta modernista de inserção

(2) Os *Kindergarten*, espécie de embrião dos "jardins de infância", foram criados pelo pedagogo alemão Friedrich Froebel (1782-1852), favorecendo o estímulo ao desenvolvimento infantil com uma proposta fortemente baseada em atividades lúdicas e pedagógicas. A proposta terá notáveis desdobramentos a partir da tese inglesa em voga da comprovada "influência" do jogo sobre as emoções humanas. A partir daí surgirão as primeiras propostas de *parques infantis*, difundidas na Europa e, posteriormente, nos EUA (1886) onde, incorporando-se ao *Parks Movement*, ganhará contornos próprios ao estabelecer um novo paradigma de lazer organizado, vindo a consolidar a tipologia dos *parques de recreio* (*playgrounds*). A proposta dos parques infantis paulistanos foi significativamente influenciada por este modelo (Niemeyer, 2001).

(3) A partir de 1950, com o "Convênio Escolar", o planejamento moderno assume uma posição definitiva e coadjuvante ao modelo pedagógico ativo e progressivo divulgado pelo educador Anísio Teixeira, segundo teoria do filósofo e educador Jonh Dewey (1859-1952), da qual era tributário. A tipologia dos parques infantis entram em sua fase mais madura, adotando uma concepção moderna e utilitária, sendo então vistos como agrupamentos unitários e pontos focais da integração comunitária; proposta esta defendida pelo arquiteto Hélio Duarte (1906-1989), coordenador da equipe de arquitetos que projetará as unidades do convênio entre 1949 e 1952. A equipe traduziu as novas expectativas em princípios programáticos, vindo a constituir-se *"na primeira comissão de serviço público a adotar a arquitetura contemporânea como programa de trabalho"* (*Acrópole*, n. 314, 1965: 25).

consciente do país na órbita da modernidade, não obstante os percalços que sempre acompanharam a trajetória do programa[4]. Concluindo nesses termos, podemos dizer que os parques infantis foram uma proposta moderna e social, oferecida no contexto de busca de uma política cidadã de desenvolvimento urbano, implantados nos anos 30 com o objetivo de alimentar a "cultura do espírito" como disse certa vez o poeta Mário de Andrade, privilegiando interesses lúdicos e culturais fortemente presentes em uma planta arquitetônica de poucas salas (nenhuma de aula), muitas árvores, areia e brinquedos.

(4) A título de ilustração, o governo Fábio Prado previu construir 60 unidades durante seu mandato (1934-1938), proposta esta inviabilizada pelo golpe do Estado Novo. A gestão *estadonovista* do prefeito Prestes Maia (1938-1945) herdou sete parques da gestão anterior, sendo quatro em funcionamento, três por inaugurar e nenhum integralmente construído em sua gestão, caracterizando seu desprezo pela manutenção do programa (Duarte, 1971). A partir de 1956 inicia-se uma lenta transformação de uso nos parques infantis ao incorporar forçosamente as novas classes escolares previstas pela rede municipal de ensino; vindo, em 1972, a transformar-se definitivamente nas atuais Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEIs). Em que pese tal necessidade, verificamos que sua evolução não seguiu a tendência dos congêneres estrangeiros, incorporados na trama urbana como *parques de vizinhança*, apesar da forte demanda existente por este tipo de equipamento.

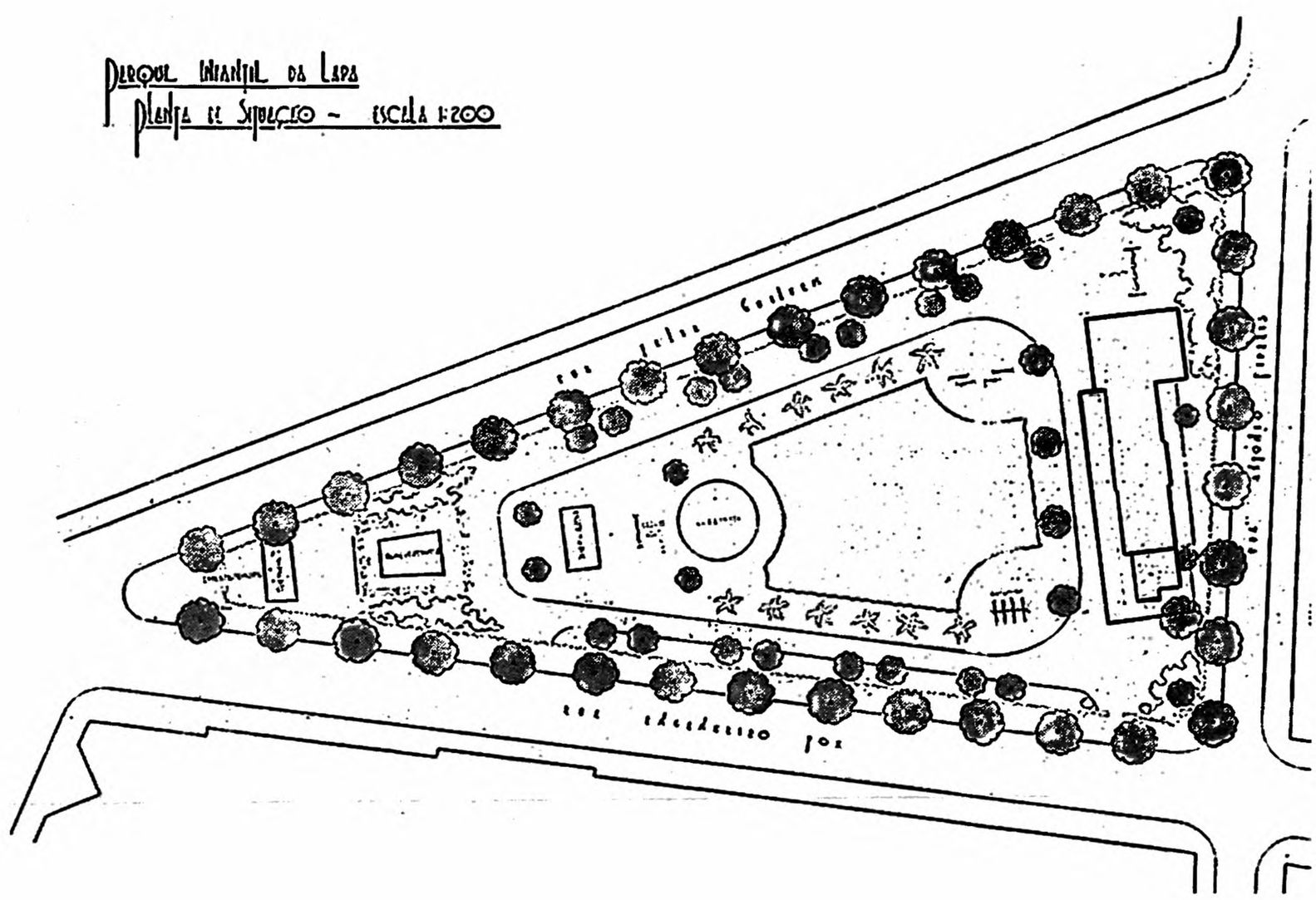
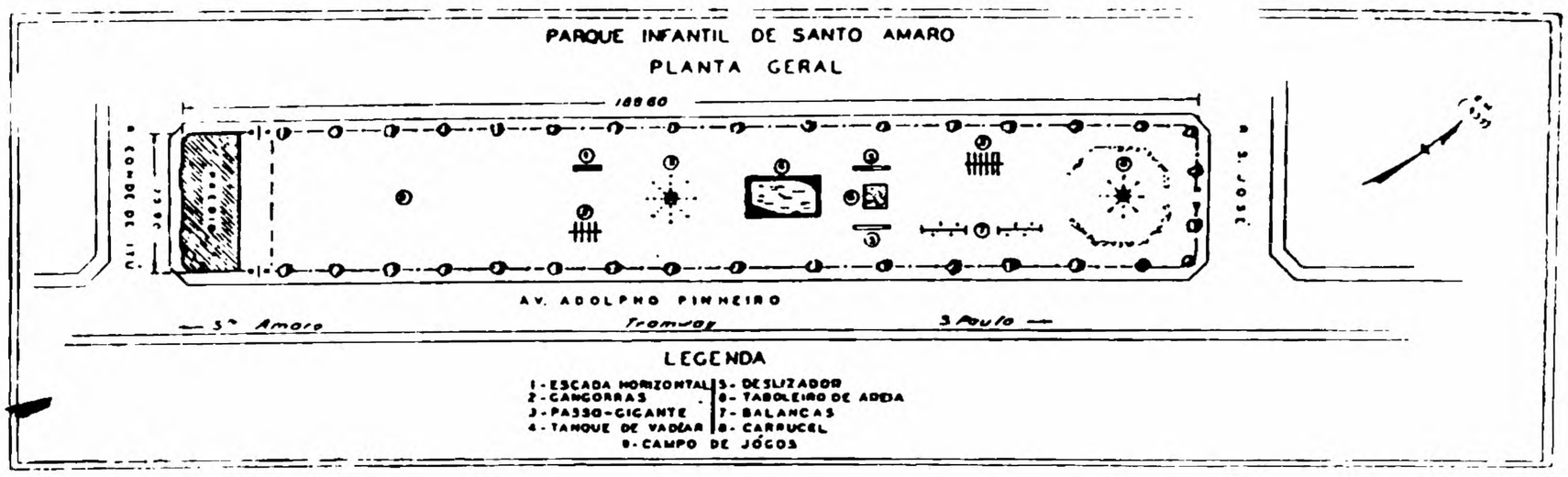


Figura 1
Parque infantil da Lapa (1948). Implantação típica ocupando toda uma quadra, com seus amplos espaços livres arborizados e forte impacto visual na trama urbana
Fonte: NIEMEYER, 2001, p. 176



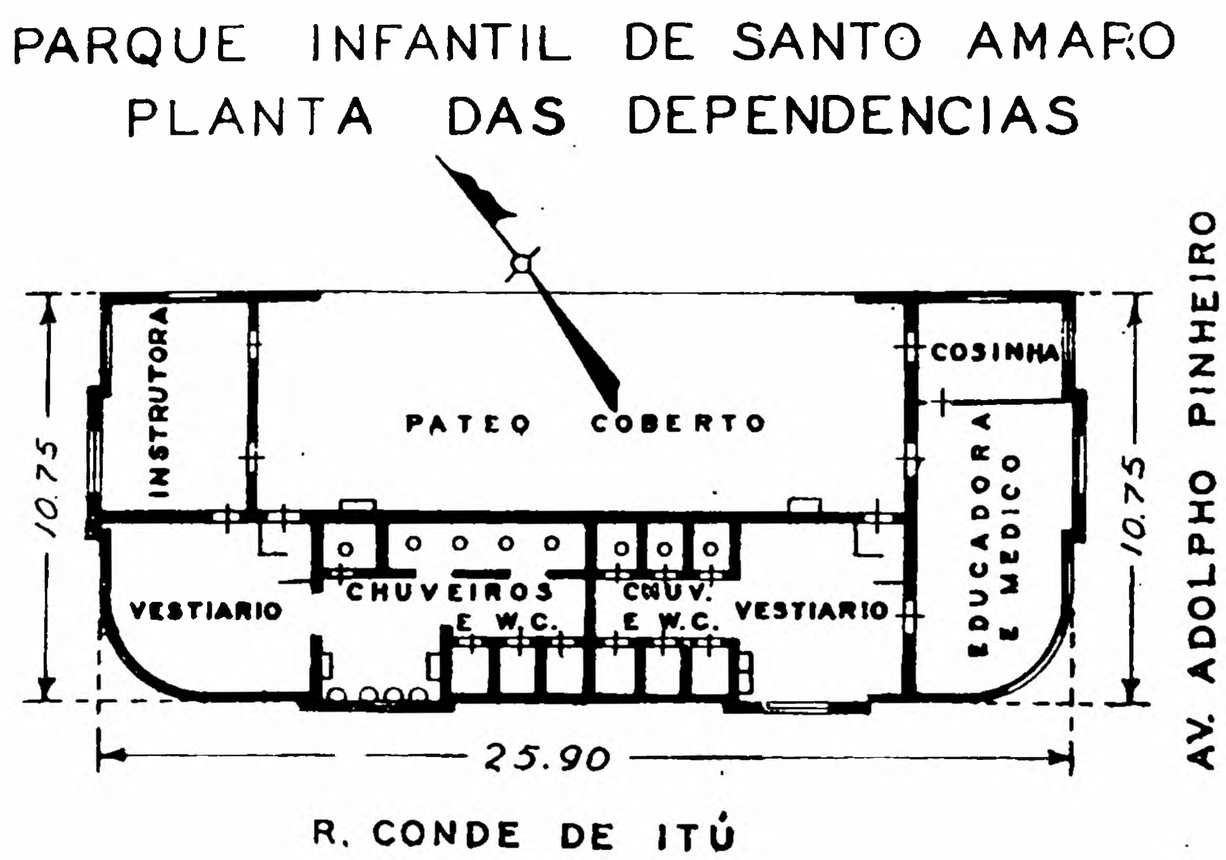


Figura 2
Planta e imagem do parque infantil de Santo Amaro (década de 30): Série pioneira
Fonte: MIRANDA, 1938

Carlos Augusto da Costa Niemeyer
Arquiteto e mestre pela FAUUSP.

Bibliografia

ACRÓPOLE. Homenagem, ano 27, n. 314, 1965.

ABDANUR, Elizabeth França. *Os "ilustrados" e a política cultural em São Paulo.* Monografia de mestrado. Campinas: IFCH/Unicamp, 1992.

AZEVEDO, Fernando de. *Da educação física.* São Paulo: Melhoramentos, 1960.

BRITO, Francisco Saturnino de. *Obras Completas.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944. v. XX e XXII.

_____. *Esgoto das cidades; sistemas conhecidos e novos.* Trabalho apresentado ao CONGRESSO DE ENGENHARIA E INDÚSTRIA NO BRASIL. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902.

CAMPOS, Cristina. *A cidade através da higiene,* 1925-1945. *As propostas de Geraldo Horácio de Paula Souza para São Paulo.* São Paulo, 2001. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

SÃO PAULO (cidade). Divisão de Ensino e Recreio. *Legislação dos parques infantis.* São Paulo: Departamento de Cultura do PMSP, 1941.

_____. Divisão de Ensino e Recreio. *O que são os parques e recantos infantis de São Paulo.* São Paulo: Departamento de Cultura do PMSP, 1949.

DUARTE, Paulo. *Mário de Andrade por ele mesmo.* São Paulo: Edarte, 1971.

DUARTE, Hélio de Queiróz. *Escolas classe-escolas parque: Uma experiência educacional.* São Paulo: FAUUSP, 1971.

FARIA, Ana Lúcia G. *Educação pré-escolar e cultura.* Campinas: Unicamp/Cortez, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder.* Rio de Janeiro: Graal, 1986.

LIMA, Magali Alonso. *Formas arquitetônicas esportivas no Estado Novo (1937-1945).* Rio de Janeiro: Funarte, 1979.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. *A medicalização da raça: Médicos, educadores e discurso eugênico.* Campinas: Unicamp, 1994.

MIRANDA, Nicanor. *Atividade gimnica e atividade lúdica.* São Paulo: Departamento de Cultura da PMSP, 1941.

_____. *O significado de um parque infantil em Santo Amaro.* São Paulo: Departamento de Cultura da PMSP, 1938.

NIEMEYER, Carlos Augusto da Costa. *A construção de espaços públicos de lazer organizado como expressão de cidadania: O caso dos parques infantis em São Paulo (1934-1954).* São Paulo, 2001. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

REVISTA DO ARQUIVO MUNICIPAL. Departamento de Cultura-PMSP. *Ato n. 590 de março de 1934,* São Paulo, v. 3, ago. 1934.

_____. *Plano inicial da seção de parques infantis.* São Paulo, v. 21, mar. 1936.

_____. *Parques de jogos da Barra Funda, Catumbi e Vila Romana.* São Paulo, v. 66, abr. 1940.

_____. *Os parques infantis como centros de educação extra-escolar.* São Paulo, v. 89, mar. 1943.

REVISTA EDUCAÇÃO FÍSICA. *Serviço de recreação operária.* Rio de Janeiro: Cia. Brasil, n. 78, 1944.

REVISTA ESCOLA MUNICIPAL (SEC-PMSP). *Recuperando a história da educação infantil em São Paulo.* São Paulo, n. 13, 1985.

SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de. *São Paulo, 1934-1938; os anos da administração Fábio Prado.* São Paulo: FAUUSP, 1999.